

Catherine Prost

Professora Adjunta do Departamento e Mestrado de Geografia
da Universidade Federal da Bahia
cprost@ufba.br

Troca de saberes tendo em vista uma gestão ambiental participativa

Resumo

A globalização no seu molde neoliberal é apresentada como a única opção econômica para alcançar o desenvolvimento, mas um olhar mais crítico revela que se trata de uma fábula que dissimula um sistema socialmente excludente para uma maioria crescente da população mundial e com consequências negativas sobre o meio ambiente. Diante das manifestações antiglobalização, o capitalismo se apropria das bandeiras do ambientalismo, mas apenas se “esverdeia” um pouco, sem questionar as raízes estruturais dos problemas ambientais. Todavia, o progresso das novas tecnologias da informação permite fazer ouvir a voz dos excluídos, dentre eles, as populações tradicionais. No debate ambiental, o conservacionismo marca pontos com o reconhecimento oficial da importância de integrar as populações tradicionais em políticas de proteção ambiental em virtude dos seus saberes tradicionais. Os processos de participação devem levar em conta as diferenças de percepção da natureza pelas populações locais, assim como incentivar a autonomia das mesmas. Na baía do Iguape, a Resex possui um Conselho Deliberativo, mas esta esfera é inadequada para o planejamento e a gestão dos recursos naturais. Para tal, propõe-se, através da realização de oficinas na área, a criação de uma associação de usuários, instrumento mais adaptado para potencializar o poder dos usuários e gerenciar a vida cotidiana da Resex.

Palavras-chave: sustentabilidade, populações e saberes tradicionais, autonomia, associação de usuários.

Abstract

EXCHANGE OF KNOWLEDGES FOR A PARTICIPATIVE ENVIRONMENTAL MANAGEMENT

The globalization in its neoliberal aspect is presented as the unique economic option

to reach the development, but a more critical look reveals that is a fable that hides a socially excluding system for a growing majority of the global population and with negative consequences on environment. In front of anti-globalization acts, the capitalism appropriates itself of the environmentalist slogans, but gets only a bit more “green” without questioning the structural roots of the environmental problems. Nevertheless, the progress of the new technologies of information allows to get heard the voice of the excluded, among them, the traditional populations. In the environmental debate, the conservationism is marking points with the official recognition to integrate the traditional populations in policies of environmental protection thanks to their traditional knowledge. The processes of participation should consider the differences of perception of nature by the local populations and promote the autonomy of these ones. In the Bay of Iguape, the extrativist reserve (resex) has a Deliberative Counsel, but this sphere is not adequate for planning and management of natural resources. For this, it is proposed, through the realization of workshops in the area, the creation of an association of users of the resex, tools more adapted to potentialize the power of the users and manage the quotidian life of the resex.

Key-words: sustentability, traditional populations and knowledge, autonomy, users' association.

1. Breve introdução

O presente trabalho é fruto de reflexões atizadas no grupo de pesquisa e de estudo Costeiros, a partir da pesquisa desenvolvida no âmbito do projeto MARENA - Manejo comunitário de recursos naturais na baía do Iguape, que busca analisar a organização e a dinâmica sócio-espacial na reserva extrativista marinha baía do Iguape, Bahia. Diante da constatação de um potencial social pouco efetivado na reserva, a equipe de pesquisa fomentou discussões internas acerca do conceito de poder e planejou uma série de oficinas de trocas de saberes tendo em vista a transmissão de uma proposta concreta para aumentar o poder das populações locais. A primeira das oficinas foi realizada em 2007 em São Roque do Paraguaçu, no município de Maragogipe.

2. A cena atual: atrás da fábula, a perversidade

O século XX apresenta-se como um marco na história da humanidade por representar uma aceleração do tempo e da apropriação do espaço e

de seus recursos, modificando sobremaneira o meio natural através de mudanças no modo de produção, iniciadas na primeira revolução industrial. Milton Santos (1996) evidencia que a globalização, essa aceleração dos fluxos de toda ordem no planeta desde a década de 1970, pode ser apreendida de três formas. O sistema capitalista apresenta a primeira delas como uma fábula, em nome do avanço das técnicas e tecnologias ao longo do século passado, que se traduziu por estupendos ganhos de produtividade e um considerável aumento de riqueza. A partir dos anos 1980, a ideologia do pensamento único divulga o neoliberalismo como panacéia sócio-econômica, veiculada em escala global por atores influentes como cúpulas e instituições internacionais, Estados e a grande mídia, esta cada vez mais concentrada e menos plural.

A evolução das tecnologias sem dúvida favoreceu a impressão humana de dominar a natureza. Esta visão remete ao que Arendt (2007) sintetiza na figura do *homo faber*, o homem que produz e se considera construtor do mundo a partir de objetos da natureza. Aos olhos do mesmo, a natureza só adquire valor através de seu trabalho. Nesta perspectiva dicotômica entre homem e natureza, a segunda proporciona um conjunto de recursos naturais a ser – cada vez mais – transformado e explorado pelo primeiro.

Contudo, os efeitos do sistema capitalista de produção sobre a natureza – a chamada questão ambiental – se voltam contra o bem-estar dos homens, em extensões e intensidades variadas, alcançando a escala global e trazendo de volta nossa “condição de espécie”, como declara Harvey (2006). Observa-se que até nos países de regime comunista, a opção pelo desenvolvimentismo provoca danos ambientais sensíveis como atesta, por exemplo, a poluição atmosférica por fumaça de carvão (e agora de carros) na China. Mas, no capitalismo, além das técnicas e das ciências serem utilizadas para a dominação do homem sobre a natureza, elas também servem a uma dupla dominação dos homens através de subordinação entre eles e da submissão a um sistema excludente, que favorece a produção e a troca de bens em vez do usufruto dos dons da natureza (BRANDÃO, 1994). Com isso, à marginalização social e econômica, se acrescenta também a exclusão crescente de setores populares de um ambiente saudável.

Mas, em resposta, crescem as manifestações para o reconhecimento e o respeito de direitos ambientais, denunciando a globalização pelo que ela realmente é: uma perversidade (SANTOS, 1996). Diante das críticas,

o capitalismo procura perpetuar a fábula, renovando e modernizando seu discurso ao integrar elementos das reivindicações populares em suas diretrizes de planejamento. A importância do discurso cresceu por vários fatores, entre os quais se frisa dois. O progresso das telecomunicações e o aumento exponencial dos fluxos de informações em escala global, que favorecem a amplitude dos debates sobre questões polêmicas. Paralelamente, entre os valores ocidentais defendidos pelos países mais ricos do planeta, a democracia é apontada como princípio universal, implicando também a liberdade de opinião e de expressão, condição para a existência de um debate contraditório.

Em virtude disso, até os agentes hegemônicos devem apresentar uma justificativa de seus atos para assentar sua legitimidade. Assim sendo, tanto empresas transnacionais como instituições financeiras internacionais se apropriam da variável ecológica em nome do desenvolvimento sustentável.

Esse conceito, definido no relatório Brundtland da ONU¹, expressa um avanço no sentido de contemplar os efeitos diacrônicos do atual modo de produção. Todavia, o desenvolvimento sustentável não questiona o sistema como um todo e suas crescentes desigualdades sociais e geográficas e se limita a procurar soluções “realistas”, capazes de serem absorvidas pelo mercado. A implementação de Agendas 21, a adoção de novas tecnologias “limpas” ou o surgimento de novos mercados como o de carbono ilustram a visão da proposta. Na verdade, a origem do conceito na arena diplomática – encarregada por essência de criar consensos – já prenunciava uma fragilidade inerente. As necessidades de realismo político não condizem com o rigor dos conceitos científicos e diluem-nos no campo normativo. O uso da expressão desenvolvimento sustentável por inúmeros atores com interesses diferentes e até antagônicos levou a uma polissemia do termo, criando ambiguidades políticas. Ambientalistas, conservacionistas e preservacionistas divergem sobre os meios de proteção ambiental. Os primeiros vêem a presença humana apenas como capaz de gerar “impactos antrópicos”, implicitamente negativos. Esta visão conforta a visão dicotômica entre sociedade e natureza e pode levar a conclusões malthusianas. Pior: ao negar as potencialidades positivas nas relações entre populações

tradicionais e natureza, o preservacionismo elimina, em consequência, a participação – imprescindível – de todos na gestão ambiental (YÁZIGI, 1994) e aplica medidas favoráveis aos mais ricos (GONCALVES, 2001). Nota-se que, nos projetos de desenvolvimento sustentável, a participação popular é defendida, mas, nesse contexto, deve ser avaliado com cuidado seu grau de efetividade.

Nesse mar de incertezas, desigualdades e exclusões, que crescem em número e intensidade, existem, todavia, elementos de esperança.

3. Globalização e diversidade cultural

Milton Santos afirma que uma terceira globalização é possível. Apesar da concentração crescente dos meios de comunicação e da consequente redução da pluralidade de opinião, as novas tecnologias reconfiguram o acesso à informação, ampliando-o a grupos populares. Multiplicam-se as *lan houses*, que oferecem a internet em banda larga a tarifas acessíveis. Além disso, a produção e a difusão de informações alternativas são muito facilitadas através da criação de uma página (site ou blog) ou a divulgação por outras vias (vídeos no site do You Tube) na rede internacional, a um custo irrisório. Assim, como evidenciam autores como Harvey, com os “espaços de esperança” (2006), ou Santos (1996), com o período popular da história, uma profusão de grupos marginalizados social, econômica e politicamente dispõem hoje em dia de maiores oportunidades de criar canais de informação independentes.

Assim, o quadro é propício à afirmação de diversidade cultural, de diferentes crenças e matrizes de racionalidade, entre as quais as culturas tradicionais ganham destaque e reconhecimento. Na esfera normativa, o Conselho da ONU propõe o princípio do respeito às diferenças de culturas sem julgamento de valor, uma vez que não se pode compará-las quantitativamente. Na esfera acadêmica, muitas disciplinas e pesquisas científicas se dedicam há décadas aos estudos sobre culturas locais, modos de vida, relações sociais e de trabalho, técnicas, cosmovisão, alimentando um debate no tocante ao lugar e sua construção. Muitas obras questionam

o atual modo de produção e de consumo, podendo chegar a defender o retorno a uma vida mais simples. Em vez de um retorno, concorda-se aqui com Harvey quando ele define o desafio de

encontrar formas de ampliar e amplificar o alcance dos direitos humanos de maneira que sejam o máximo possível simpáticas ao direito a ser diferente ou ao 'direito à produção do espaço diferente' (2006, p. 122).

A afirmação inclui o direito a produzir espaço segundo outros moldes que não os capitalistas e em diferentes ritmos. Por que isso é importante?

4. Do conhecimento empírico da natureza ao cuidado com ela

Parte-se do pressuposto que, na gestão territorial, a opinião das populações tradicionais deve ser contemplada, embora acuse divergências de interpretações com os planejadores técnicos.

Entende-se tradicional por um modo de vida estreitamente associado ao uso social dos recursos naturais e com baixo impacto negativo sobre os ecossistemas, assim como o conhecimento de saberes ambientais empíricos, construídos ao longo de uma duradoura convivência com o meio natural. As populações tradicionais consideram a natureza geralmente como a grande provedora das coisas boas, disponíveis a todos, sem apropriação individual (BRANDÃO, 1994). Isso é particularmente verdadeiro para populações pesqueiras costeiras, cujos territórios usados são fluidos e não exclusivos. A natureza é o lugar da dávida, do que é gratuito e dado a todos no suprimento das necessidades básicas. Ela possui então um valor de uso com o objetivo primeiro de sustento da família. Ela pode permitir também a extração de um excedente que permitirá a aquisição de demais bens e serviços mediante circulação de dinheiro.

Em trabalho de campo na baía do Iguape², várias marisqueiras declararam ter conseguido criar seus filhos “graças à maré”. Em oficina de troca de saberes realizada em São Roque do Paraguaçu em 2007, a percepção da natureza pelos participantes foi predominantemente de base do sustento familiar. A natureza surgiu também como símbolo de vida, pois ela é e

dá vida; ela é as comunidades biológicas e seus habitats, assim como a sociedade e sua base de sustento social. Ao reconhecer esses serviços, as populações locais expressam gratidão para com a natureza. Esta representa mais um patrimônio coletivo do que apenas um amontoado de recursos naturais, tal como vista sob uma perspectiva utilitarista pelo modo de produção capitalista. Para os pescadores e marisqueiras, a natureza não é vista como distinta do ser humano, mas englobando este e seu grupo social no todo maior que ela é, uma imensa teia de relações.

A relação afetiva com a natureza se forma através da história resgatada na memória transmitida pela via oral, assim como da experiência corporal, apreendendo a realidade através dos sentidos. Esse processo cognitivo se circunscreve em um espaço local, pois se origina na convivência com a natureza através da inserção física do corpo e prescindindo de tecnologia que afaste o homem dos elementos naturais. Assim, o espaço local é o terreno das relações sociais de proximidade, base da consciência e da ação política graças à troca de informações e opiniões (HARVEY, 2006). A proximidade das relações das populações tradicionais com a natureza leva a uma apropriação simbólica através dos sentidos.

Na baía do Iguape, paisagens culturais estão presentes; vários elementos as assinalam, como o sinal da cruz ao entrar no mangue ou a associação deste com a entidade sagrada da Vovó do Mangue (ou Nanã). Na oficina de troca de saberes, a equipe do MARENA pediu aos participantes para formular o que a natureza significava para eles. Muitas respostas citaram a definição de natureza como produto de Deus. Notou-se que, tanto no encontro com pescadores na baía do Iguape, como em outras oficinas realizadas no Pará (PROST, 2007), os pescadores que mais enxergam o meio natural como um produto de Deus são os que mais estão em contato corporal com os elementos naturais, em decorrência de fraca mediação tecnológica. Outra representação da natureza na oficina foi de algo a ser preservado, em decorrência das razões previamente citadas. Destaca-se que uma das respostas se deu sob forma de desenho; foi a forma mais completa de conceituar a natureza, uma vez que reuniu todas as razões acima citadas. A expressão por meio desse mapa mental se revelou, portanto, como uma ferramenta interessante para aprofundar a análise do olhar dos participantes e incentivá-la no decorrer das futuras oficinas.

Por formar o ambiente de vida das populações tradicionais, tanto em termos de moradia como de sustento sócio-econômico e de referencial cultural, a natureza deve, logo, receber cuidados para sua conservação. Brandão (1994) lembra que, ao cuidar da natureza com “zelo e carinho”, libera-se dela apenas o que ela pode dar sem explorá-la além de sua potência de liberação de produtos. Isso significa para a sociedade moderna o dever de mudar de atitude para com a natureza: não mais tratá-la como algo inferior mas sim trocando gestos recíprocos com ela, não enquanto “senhor absoluto mas um ser-da-vida-dada-por-Deus”. As populações pesqueiras, por suas relações cotidianas e estreitas com o meio ambiente e seus conhecimentos ambientais em escala ecossistêmica, têm perfeita consciência de que cuidar de seu ambiente significa cuidar delas mesmas. O governo brasileiro integra esses saberes ambientais de variadas formas em suas políticas. Exemplo disso é a lei do salário-defeso, cujo princípio reside no reconhecimento do valor central da natureza para a sociedade e na socialização da responsabilidade da conservação ambiental. Ao legislar sobre o salário-defeso³, a sociedade paga o pescador para interromper a captura da espécie protegida durante o período estipulado. Os defesos são criados após estudos biológicos, todavia os saberes dos pescadores estão na origem do processo. Hoje em dia, existem defesos para poucas espécies, principalmente comerciais, como ilustra o caso do camarão, único na baía do Iguape. No entanto, em campo, várias marisqueiras consideraram haver uma pressão demasiadamente elevada da mariscagem sobre o meio ambiente e propuseram um período de suspensão da atividade para deixar o manguezal “descansar”, ou seja, permiti-lo se regenerar.

A criação das reservas extrativistas expressa o reconhecimento do papel das populações tradicionais e de sua cultura na proteção ambiental. Isso ocorre após numerosas criações de áreas protegidas de preservação permanente no mundo, implicando a expulsão de populações rurais locais, se concluírem em fracasso, tanto do ponto de vista sócio-econômico para as populações como do ponto de vista ambiental nas unidades de conservação. Evidenciou-se *a posteriori* o quanto o homem pode exercer impactos positivos sobre o meio ambiente.

Mas vale lembrar que o reconhecimento da sociedade para com as populações tradicionais foi e está sendo construído também por movimentos

sociais. No Brasil, o movimento dos seringueiros aderiu à causa ecológica e conquistou mais cidadania. As resex florestais e marinhas, assim como outras áreas, tais como terras indígenas e remanescentes de quilombolas, são fruto de lutas sociais em favor do reconhecimento de territorialidades específicas. Na mobilização social, os atores se tornam cidadãos, como ressalta Gonçalves (2001, p. 136), não só enquanto “portadores mas também protagonistas de direitos em base em práticas sociais culturalmente enraizadas, inscritas no habitus”.

Na oficina de troca de saberes, o MARENA ressalta a importância dos saberes ambientais para a gestão da resex. Mas o projeto procura também transmitir a importância de consolidar a organização social para a conservação da natureza e do grupo social. Para tal, uma proposta de ação concreta foi apresentada e discutida com o grupo.

4. Aumentar a autonomia para consolidar o território

A baía do Iguape forma o território usado, segundo o conceito de Santos, ou seja, o espaço geográfico usado pelos grupos sociais locais, o locus de suas práticas sociais. Ele sofre, todavia, de efeitos provenientes de outras atividades econômicas da região do entorno da baía e de seu afluente principal, o rio Paraguaçu. O efeito de maior impacto para os pescadores se manifesta pela central hidrelétrica da barragem Pedra do Cavalo, a montante do rio, onde se localizam as sedes municipais de Cachoeira e São Felix do Paraguaçu, gerenciada pela firma Votorantim, do grupo Odebretch. Contemplar a firma na elaboração do planejamento ambiental da resex se evidencia como necessário, por ela ser um importante usuário dos recursos hídricos e que influencia muito a vida dos extrativistas a jusante. Por isso, as reservas extrativistas preveem a constituição de um Conselho deliberativo formado por uma metade – mais um voto – de delegados extrativistas e de outra metade – minoritária – de outros agentes sociais, presentes na área da resex, ou usuários dos recursos hídricos, dentre eles a Votorantim. O Conselho foi formado em agosto de 2005, cinco anos após a criação da resex, mas ainda não foi plenamente implementado, já que duas comunidades, de Nagé e Enseada⁴, não elegeram conselheiros em

protesto contra a resex. Apesar disso, o IBAMA – agora o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) – realiza assembléias regulares do Conselho e organizou, em 2007, um curso de conselheiros comunitários para membros de várias resex do litoral baiano.

Outra etapa recomendada seria criar uma organização social que gerencie os recursos naturais através da organização coletiva do trabalho. Em outras palavras, os pescadores e marisqueiras da baía do Iguape devem se voltar agora a potencializar seu poder, entendido aqui na perspectiva de Arendt (2007).

O poder existe em potencial onde os homens se reúnem, ou seja, é um fenômeno sempre coletivo e não individual, ao contrário da força. Sua mobilização, expressa em discurso e ação, em torno de um objetivo comum, não é condição suficiente. O poder só se efetiva “quando as palavras não são vazias e os atos não são brutais” (ARENDR, 2007, p. 212) e no que a autora chama de “espaço da aparência”, onde se expressam os homens que falam e que agem, ou seja, a esfera pública submetida potencialmente a um debate. O poder, por sua essência, é ilimitado, mas ele pode ser dividido, ao contrário da força. Suas limitações provêm da existência de outras pessoas, remetendo, portanto, à condição humana da pluralidade.

Nas reservas extrativistas (resex), o Conselho deliberativo traduz uma pluralidade de membros. Todavia, a frequência de suas assembléias não permite planejamento e gestão ambientais verdadeiros. Para tal, o ICMBio recomenda que as populações criem um instrumento mais ágil, com tomada de decisão mais adequada ao ritmo cotidiano das práticas sociais, o que reforçaria o peso e a defesa dos interesses das populações pesqueiras no seio do Conselho deliberativo. Na oficina realizada em São Roque do Paraguaçu, a criação de uma associação de usuários enquanto espaço de decisão, ou seja, de poder, foi apresentada às populações pesqueiras. Foi ressaltado que isso implica assumir a responsabilidade de criar uma organização autônoma sem esperar por projetos verticais, frequentemente com lógicas exógenas, inadequadas ou assistencialistas. A mobilização deve se construir em torno de um objetivo comum: a sustentabilidade em suas múltiplas dimensões, sócio-econômica, ambiental, cultural. Para garantir esse objetivo, uma das principais metas previstas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) é a elaboração e a implementação

de um plano de uso dos recursos naturais. Esse plano deve ser elaborado exclusivamente com base nos saberes ambientais tradicionais, contando apenas com a assessoria técnica do ICMBio. Pode-se ler nesse plano o objetivo do “poder de prometer” citado por Arendt (2007, p. 256), que ocorre quando as pessoas se reúnem e “agem em concerto” pela força da promessa. Assim, se assenta a soberania do grupo; ela “se torna superior a dos indivíduos livres graças à capacidade de dispor do futuro como se fosse o presente” (ARENDR, 2007, p. 257).

Com a criação de uma associação de usuários e a elaboração de um plano de uso dos recursos naturais, populações, que historicamente são excluídas dos processos políticos, passam a decidir não só o que fazer no território da resex, mas igualmente como, com quem, quando e para que agir. A atuação do ICMBio deve ser conduzida de modo a aumentar a autonomia (SOUZA, 2002) individual e coletiva, em outros termos, o poder de decidir em plena consciência e liberdade. A consciência é alimentada pelas informações às quais se tem acesso e que são debatidas de modo crítico; a liberdade é garantida pelos princípios de democracia e de transparência, que orientam a atuação dos responsáveis pela resex. O papel do ICMBio em favor da coesão e da autonomia social é fundamental em unidades onde estas são deficientes. Na baía do Iguape, o potencial de poder se efetiva entre as comunidades quilombolas. Elas são articuladas por um Conselho que reúne mensalmente os representantes de todas as comunidades para debater livremente, após consulta das bases, e decidir por voto as ações de interesse coletivo. Uma vez tomada uma decisão, o grupo pode valer-se de engajamento e solidariedade do coletivo. Contudo, no resto da baía do Iguape o potencial de poder é subutilizado por falta de coesão e dinamismo em torno da resex, o que enfraquece o território da resex enquanto unidade de conservação. A equipe do projeto MARENA se propõe a contribuir para o fomento da organização social da resex através de uma série de oficinas nas localidades de estudo.

5. Troca de saberes na baía do Iguape

O projeto MARENA realizou uma oficina de troca de saberes em

2007 em São Roque do Paraguaçu e duas na sede de Maragojipe em 2009. Outras são planejadas em Coqueiros e em Nagé, assim como nas comunidades quilombolas situadas no município de Cachoeira, com o objetivo de salientar a utilidade da construção social para reforçar o poder das populações pesqueiras.

A oficina iniciou-se com a apresentação do projeto MARENA e em seguida o repasse dos principais resultados e recomendações oriundos da pesquisa de doutorado de Genz (2008), referentes às alterações da água na baía do Iguape. De fato, as frequentes e irregulares vazões de água para geração de energia hidrelétrica alteram os ecossistemas a jusante e, em conseqüência, as atividades de pesca e mariscagem. A oficina foi uma oportunidade de confirmar as opiniões de pescadores e marisqueiras levantadas em campo e indicar as recomendações de defesa dos seus interesses por um estudo científico e independente de qualquer interesse de agentes do capital. O evento permitiu também compreender os olhares dos participantes sobre a natureza, como apresentado anteriormente⁵, e debater os principais problemas enfrentados com atores externos à pesca, como a Votorantim, e com atores internos, como a colônia de pescadores ou praticantes de técnicas predatórias (ex.: pesca com bomba).

A necessidade de resolver essas questões foi utilizada como um motivo para apresentar a criação de uma associação de usuários. O Instituto Chico Mendes está incumbido de dar apoio e assessorar os extrativistas, mas a mobilização das comunidades é condição imprescindível. Em São Roque do Paraguaçu, a proposta da associação foi bem recebida e o projeto deve repassar, na ocasião das futuras oficinas, um modelo de estatuto de associação. Através do exercício concreto do planejamento e da gestão, de forma comunitária e com a assessoria do ICMBio, almeja-se promover a autonomia das populações; o órgão ambiental deve agir segundo o paradigma do que Diegues (1994) chama de “novo profissionalismo”, incentivando o poder das populações decidirem elas mesmas sobre o uso dos recursos naturais, as alternativas de geração de renda e outros assuntos de seu interesse.

Na baía do Iguape, a estrutura social da resex continua carente de associação de usuários, uma vez que não existe, dentro do ICMBio em escala estadual, uma prioridade afirmada sobre o andamento efetivo da

resex. Essa falta de prioridade é manifesta nos cinco anos e na pressão da sociedade civil organizada, necessários para se criar o Conselho deliberativo, órgão pouco operacional para o cotidiano dos pescadores. Caso uma das partes co-gestoras falhe no processo de construção da resex, entende-se útil municiar a segunda parte com as informações necessárias para fomentar a criação desse instrumento.

6. Considerações finais

O cenário atual de degradação ambiental e aumento de catástrofes naturais, frequentemente provocado pelo modo de produção desenvolvimentista capitalista, requer medidas de gestão ambiental em resposta. O sistema capitalista procura se beneficiar dessas novas exigências com a adoção de novas tecnologias rentáveis no mercado, mas sem atacar o problema pela raiz. A proposta das reservas extrativistas se insere em uma lógica na qual a sustentabilidade ambiental se conjuga com aprendizagem e consolidação da cidadania em várias dimensões: política, através do exercício do poder nas instâncias comunitárias e no Conselho Deliberativo; sócio-econômica, pelo manejo comunitário dos recursos naturais e outros projetos de geração de emprego e renda; cultural com a promoção e valorização de manifestações e práticas locais.

Para facilitar a coesão social, a homogeneidade das condições sócio-espaciais e dos interesses é favorável; para tal recomenda-se a criação de resex de pequena extensão territorial. Além disso, quando o órgão ambiental desempenha seu papel no sentido de promover a autonomia comunitária, os resultados observados em varias resex do país são promissores em termos de construção social, embora os desafios ainda continuem importantes. A promoção de mais resex marinhas no litoral baiano é recomendada com a condição de que o Instituto Chico Mendes se empenhe em uma missão de promoção da autonomia das populações pesqueiras, assessorando-as na tarefa de governar pelo intermédio de uma associação dos usuários.

A emergência de cidadãos mais conscientes de seu papel na presente sociedade e de seu poder é um incentivo à multiplicação dessas experiências. Seu sucesso pode imprimir uma contra-lógica ao modelo

hegemônico de produção na região costeira, ilustrado, por exemplo, na carcinicultura ou no turismo. Não se trata aqui de propor a volta a um tipo de economia artesanal pré-capitalista como solução aos problemas atuais, mas de associar populações que não se enquadram na lógica dominante aos interesses de todos, ou seja, à proteção ambiental. Assim sendo, ao propor alternativas de renda às jovens gerações, se mantêm vivos o campo, os conhecimentos e a identidade das populações locais e uma integração menos agressiva com o sistema capitalista.

Notas

¹ Ver referência da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento.

² Aplicação de questionários, conversas informais; oficina de troca de saberes.

³ O salário-defeso é a remuneração – correspondente a um salário mínimo – que o pescador cadastrado recebe durante o período de interrupção legal da pesca de uma determinada espécie.

⁴ Nagé está localizada na foz do rio Paraguaçu e Enseada na entrada para a baía de Todos os Santos.

⁵ Seção que trata dos diferentes olhares sobre a natureza.

Referências

ARENDDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BRANDÃO, C. R. **Somos as águas puras**. Campinas: Papirus, 1994.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

DIEGUES, A. C. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: NUPAUD/USP, 1994.

HARVEY, D. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2006.

GENZ, F. Vazão mínima para estuários: um estudo de caso no rio Paraguaçu-Bahia. **Revista Brasileira de Recursos Hídricos**, v. 13, p. 73-82, 2008.

GONÇALVES, C. W. P. Meio ambiente, ciência e poder: diálogo de diferentes matrizes de racionalidade. In: SORRENTINO, M. **Ambientalismo e participação**

na contemporaneidade. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001. p. 133-161.

PROST, C. Ecodesenvolvimento da pesca artesanal em região costeira – estudos de caso no Norte e Nordeste do Brasil. **Geotextos**, Salvador, v. 3, p. 139-169, dezembro de 2007.

SANTOS, M. **A natureza do espaço.** Técnica, tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SOUZA, M.L. **Mudar a cidade.** Uma introdução crítica ao planejamento. São Paulo: Bertrand Brasil, 2002.

YÁZIGI, E. O Ambientalismo. **Revista do Departamento de Geografia da USP**, São Paulo, n.8, São Paulo, p. 85-96, 1994.

